

A LITERATURA, O REAL E O RURAL NO CONTO "A GUERRA DE MARIA RAIMUNDA", DE MARIA VALÉRIA REZENDE

André Rezende Benatti¹

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar o conto “A Guerra de Maria Raimunda”, de autoria de Maria Valéria Rezende, e publicado originalmente no ano de 2011, na coletânea de contos *Vasto Mundo* sob o viés da representação do que nomeamos como ruralidade. No artigo, investiga-se como as violentas tensões – marcantes do realismo brasileiro - retratadas entre um grande latifundiário e pequenos posseiros no fictício vilarejo de Farinhada são, de acordo com os termos de Tânia Pellegrini (2012), uma refração da realidade social brasileira. Uma existência vivenciada pela autora - ela própria uma defensora da democratização do acesso à terra, através da Reforma Agrária no Brasil – e por uma miríade de brasileiros invisibilizados, esquecidos do debate público, mas trazidos a ele, através de uma literatura engajada politicamente. Para tal, parte-se de uma revisão da situação da distribuição de terras no país, pensando-se nas relações que as personagens da obra – um empresário, mais associado à monetarização do meio rural e, por fim, camponeses que encontram nesse meio não somente uma forma de subsistência, mas também um campo de acesso a seu patrimônio cultural – possuem com o espaço. Tomamos como referências principais para auxiliar nossa leitura os estudos de Tânia Pellegrini, Roland Bathes e Antonio Candido.

Palavras-chave: Realismo brasileiro; Literatura rural; Reforma Agrária; Maria Valéria Rezende; *Vasto mundo* (2015).

LITERATURE, THE REAL AND THE RURAL IN THE STORY "A GUERRA DE MARIA RAIMUNDA", BY MARIA VALÉRIA REZENDE

ABSTRACT: This work aims to analyze the short story “A Guerra de Maria Raimunda”, by Maria Valéria Rezende, and originally published in 2011, in the collection of short stories *Vasto Mundo* under the bias of the representation of what we call rurality. The article investigates how the violent tensions – striking in Brazilian realism – portrayed between a large landowner and small squatters in the fictional village of Farinhada are, according to Tânia Pellegrini (2012), a refraction of Brazilian social reality. An existence lived by the author - herself a defender of the democratization of access to land, through Agrarian Reform in Brazil - and by a myriad of invisible Brazilians, forgotten from public debate, but brought to it, through a politically engaged literature. To this end, it starts with a review of the situation of land distribution in the country, thinking about the relationships that the characters of the work - a businessman, more associated with the monetization of the rural environment and, finally, peasants who find in this environment not only a form of subsistence, but also a field of access to their cultural heritage – they have with space. We take as main references to help our reading the studies of Tânia Pellegrini, Roland Bathes and Antonio Candido.

¹ Doutor em Letras Neolatinas: estudos literários hispânicos, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. E-mail: andre_benatti29@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8909-8347>

Keywords: Brazilian realism; Rural literature; Land reform; Maria Valeria Rezende; *Vasto Mundo* (2015).

Introdução

Desde o princípio da colonização brasileira, a distribuição de terras no país se faz de maneira extremamente desigual, de modo que alguns poucos membros das elites agrárias concentram uma quantidade enorme de terras. Atualmente, tal realidade se faz ainda mais flagrante, com os latifúndios, nomenclatura dada a propriedades rurais com mais de mil hectares, somando 47,6% da totalidade de imóveis rurais no país (cf. ZOCCHIO, 2019).

Ademais, a presença massiva de latifúndios no país acaba por significar a concentração da riqueza gerada pela produção rural na mão de um grupo cada vez mais seleto de agropecuaristas bem como a intensificação do processo de especialização produtiva o que acarreta na expansão de áreas de monocultura, ou seja, áreas especializadas na produção de um tipo de cultura alimentar, como, por exemplo, a soja. Além disso, hoje é sabido que a atividade agrícola é responsável pela esmagadora parcela do desmatamento no Brasil (cf. RIVERO et. al., 2009) bem como pela tentativa de apropriação de territórios tradicionalmente ocupado por grupos indígenas.

É diante desse contexto que a luta pela democratização do acesso à terra se faz presente no Brasil. Ao menos desde meados da década de 1980, há tentativas de fazer com que tal distribuição desigual, que culmina em uma violenta concentração de renda, seja revista. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, claramente explicita em seu artigo 184 que

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2016).

A aplicação prática da lei, entretanto, tem se mostrado bastante complexa. É extremamente complicado que se comprove que um imóvel rural não está cumprindo sua “função social”, ainda mais quando tal definição de função é aberta para as mais plurais interpretações dentro do meio jurídico. Fato é, portanto, que ao mesmo tempo em que a

luta pela democratização das terras produtivas do país se faz presente e audível, ela ainda não obteve demasiado sucesso.

Para além dos critérios jurídicos de cumprir ou não uma função social, a distribuição desigual das propriedades rurais, também, acarreta em um prejuízo ao patrimônio imaterial do país: é notável que a alimentação constitui um dos cerne de qualquer cultura (cf. DÓRIA, 2021). A concentração das terras, porém, em poucas mãos bem como a crescente mecanização da produção rural, presente em maior escala na produção latifundiária, culmina em um fenômeno de padronização alimentar, uma vez que é diminuta a variedade dos alimentos produzidos.

Desta situação, é notável, por exemplo, o fato de que embora a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possua em seu banco de sementes cerca de quatro mil variedades diferentes de milho, somente uma dezena delas sejam comercializadas no mercado brasileiro (cf. GHIRELLO, 2021). Diversas culturas alimentares têm sido abandonadas em nome de uma indústria alimentar que não enxerga na atividade rural a produção de sentidos, mas antes a produção de lucro. Poder-se-ia, claro, argumentar que a padronização está diretamente relacionada a uma maior facilidade na produção rápida de alimentos, considerando-se que a indústria teria o objetivo de produzir mais e mais rápido para suprir as carências nutricionais da população, contudo, tal argumento se demonstra insustentável diante do fato que em 2021 o Brasil se encontra novamente no mapa da fome.

Nesse sentido, a defesa de uma agropecuária menos tecnocrática é, também, a defesa do patrimônio cultural do Brasil, uma vez que a produção familiar, em contraposição à latifundiária, ainda é menos dependente da utilização de maquinários, gerando proporcionalmente uma quantidade maior de empregos e relações entre os sujeitos do campo, sendo, ademais, a responsável pela preservação da produção de certos itens “não padronizados” que fogem do escopo da indústria alimentícia de grande escala.

É a partir desta reflexão sobre as tensões existentes nas relações entre os sujeitos do campo que o presente trabalho se insere. Tratar-se-á aqui da obra de Maria Valéria Rezende, mulher nascida em São Paulo, há muito radicada em Pernambuco e que tem sua escrita marcada pela narrativa da vida no campo, dialogando diretamente com sua posição política em favor da Reforma Agrária e com o narrar a vida dos “invisíveis” (REZENDE apud. PIACESKI, 2019). Mais especificamente, analisar-se-á o conto *A Guerra de Maria Raimunda*, do livro *Vasto Mundo*, com o objetivo de refletir acerca das tensões decorrentes da desigualdade da distribuição de terras, tematizadas no texto. Na obra em

questão, centrada no fictício vilarejo rural de Farinhada, no sertão nordestino, a ganância de um importante latifundiário local, com relevância política nacional, faz com que ele se aproprie da terra de pequenos produtores, desconhecidos do mundo, mas queridos vilarejo. São estas relações de compadrio entre os sujeitos pequenos, os invisibilizados, que dão o mote à estória e à simbólica guerra mencionada no título.

O artigo se divide em três seções. Em um primeiro momento, é apresentada uma análise do realismo dentro da literatura – que é também previamente definida – analisando-se as suas características principais, sobretudo dentro do contexto da literatura brasileira. Em seguida, são apresentadas perspectivas sobre a literatura brasileira e o meio rural, tratando da construção literária desse espaço, bem como das assimetrias nas representações do “homem do campo” em contraposição ao “da cidade”. A terceira seção é onde se faz a análise da obra de Maria Valéria Rezende e do conto *A Guerra de Maria Raimunda* propriamente dito. Nela, o texto será analisado sob a perspectiva de elementos da narrativa, como a constituição espacial e a constituição das personagens, dialogando com as perspectivas ideológicas da autora, uma declarada defensora da democratização do acesso à terra e que tem em sua literatura o objetivo de narrar as histórias dos sujeitos invisibilizados dentro do contexto sócio-político do país.

1. Literatura e Realismo brasileiro: definições preliminares

Ao longo da história, segundo Terry Eagleton (2006), diversas foram tentativas de definir a literatura. Em seu trabalho, o autor aponta teorias que relacionam o fazer literário a uma escrita imaginativa, ficcional, o que excluiria obras de não-ficção consagradas como literárias na tradição, de onde ele enuncia, como, por exemplo, “os ensaios de Francis Bacon, os sermões de John Donne, a autobiografia espiritual de Bunyan e os escritos de Sir Thomas Browne, qualquer que seja o nome que se dê a eles” (EAGLETON, 2006, p. 1). Houve, também, a tentativa formalista de definir como literário o texto que articulasse a linguagem de forma peculiar, de modo a causar estranhamento no leitor, o que poderia, como contrapartida, implicar que “até mesmo o texto mais “prosaico”, do século XV, pode nos parecer ‘poético’ hoje devido ao seu arcaísmo” (EAGLETON, 2006, p. 7).

A última tentativa insuficiente de definição apresentada pelo autor é a de tratar a literatura como um tipo de discurso não pragmático, a qual, por mais que possua seu valor, demonstra-se inconsistente diante do fato de que encarar o texto de forma pragmática ou

não, como uma peça informativa e não como um exercício artístico que não apreende a realidade, é um exercício pessoal que não pode ser controlado pelo autor. Em outras palavras, a condição de literário não é imutável e certos textos podem desfrutar (ou não) dela, a depender do contexto em que são lidos e interpretados. Neste sentido,

a produção do texto é muito mais importante do que o seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado (EAGLETON, 2006, p. 14).

É a partir desta noção que o autor defende que a literatura se define funcional e não ontologicamente, uma vez que não existe em si, mas a partir da definição dada por determinado grupo social. Para tal, ele recorre a uma metáfora peculiar de John M. Ellis, que compara, invertendo os polos de valoração, a literatura ao mato:

John M. Ellis argumentou que a palavra 'literatura' funciona como a palavra 'mato': o mato não é um tipo específico de planta, mas qualquer planta que, por uma razão ou outra, o jardineiro não quer no seu jardim. 'Literatura' talvez signifique exatamente o oposto: qualquer tipo de escrita que, por alguma razão, seja altamente valorizada. Como os filósofos diriam, 'literatura' e 'mato' são termos antes funcionais do que ontológicos: falam do que fazemos, não do estado fixo das coisas. (EAGLETON, 2006, p. 14).

Se a literatura não existe em si, como um significante ontológico universal, é possível pensá-la dentro de diversos contextos, a partir de perspectivas específicas, locais e temporais. Uma das questões mais relevantes para a literatura contemporânea é a da relação entre a realidade e a literatura, mais especificamente, dos limites entre o real e aquilo que se coloca na obra literária. Sobre este tema, Antonio Candido (2009, p. 55), aponta que enquanto

na vida, a visão fragmentária é imanente à nossa própria experiência; é uma condição que não estabelecemos, mas a que nos submetemos. No romance, ela é criada, é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro.

O fato de que o romance é eminentemente dirigido por um escritor, responsável por elaborar as possibilidades para as personagens, faz com que ele também seja responsável por trazer à obra “gestos, [...] frases, [...] objetos significativos, marcando a

personagem para a identificação do leitor, sem com isso diminuir a impressão de complexidade e riqueza” (CANDIDO, 2009, p. 55). Além disso, quando tratamos de uma literatura que se intende realista e que busca, como será apontado a seguir, refratar a realidade, é fundamental também a noção de notações insignificantes, de Roland Barthes (1972, p. 36), segundo quem “os detalhes inúteis, parecem, portanto, inevitáveis: todo discurso narrativo ocidental de tipo corrente possui alguns. Tais “detalhes inúteis” teriam, portanto, a despeito de sua aparente inutilidade, uma função fundamental: a de estabelecer entre o texto e o leitor uma relação de identificação, permitindo que a obra se aproxime da realidade sensível, provocando-lhe, pois, um “efeito do real”.

A literatura do real é uma forma específica de literatura e que parece ter uma posição particularmente destacável no contexto brasileiro. Sobre isto, Tânia Pellegrini (2012, p. 11) destaca que

isso se deve à intrínseca relação entre aspectos literários e históricos, entre a constituição de uma nação brasileira e de um sistema literário, caracterizando então o caráter interessado das manifestações literárias. As intenções realistas, mescladas a esse caráter interessado, em sua maioria sempre foram — e ainda são — miméticas e documentais, revelando -se como possibilidade não apenas de representação estética, mas também de intervenção ética e política no mundo real.

Com isto, a autora não nega que o nascimento desta escola literária tenha sido na Europa burguesa, de meados do século XIX, possuindo traços marcadamente positivistas, que pareciam objetivar reproduzir em literatura a realidade social, no entanto, ressalta que no cenário literário brasileiro lhe é particularmente frutífero, destacando que “não têm sido poucas as análises e interpretações que apontam o caráter visivelmente realista de grande parte da ficção brasileira contemporânea, ancorados nas mais diversas correntes teórica” (PELLEGRINI, 2012, p. 11).

A particularidade do pensamento de Pellegrini se encontra em sua definição para o Realismo. Fugindo de definições positivistas, ela opta por defender que ele

parece operar esteticamente, ao longo da história, uma refração da realidade e não uma “cópia”, uma “imitação” ou mesmo “interpretação”, no sentido aristotélico, o que permite entender sua continuidade como corolário da persistência do mesmo “mundo hostil” que lhe deu origem, para retomar o termo de Adorno (1980, p. 270), um de seus oponentes, avesso a qualquer positivismo. Esse retorno do real, que considero cíclico, baseia -se em uma postura geral (envolvendo ideologias, mentalidades, sentido histórico etc.) e um método específico (personagens, objetos, ações e situações sempre

descritos de modo “real”, isto é, de “acordo com uma realidade”)
(PELLEGRINI, 2012, p. 12, grifos nossos)

Desta forma, o realismo à brasileira, descrito por Pellegrini (2012), parece ser uma forma de expressão literária que toma como ponto de partida realidades observáveis em nossa sociedade, com especial destaque às violências, sejam elas “concretas”, no ato de agressão física, mas, sobretudo, simbólicas, como a exclusão, ou a miséria, para, então, dar vazão a possibilidades ficcionais, que não necessariamente serão empiricamente verificáveis. Assim, o realismo brasileiro não se limita a ser uma reprodução verossímil do real, senão, uma escola que oferece grandes possibilidades para o autor que pode construir suas personagens a partir de elementos da vida sensível sem, contudo, se limitar a eles ao longo de sua narrativa.

Nesse sentido, o conto “A guerra de Maria Raimunda”, de Maria Valéria Rezende, que será mais aprofundadamente analisado na terceira seção deste trabalho, tipifica de maneira singular a definição de Pellegrini, ao apresentar uma história que dialoga com o real, retratando personagens e vivências relacionáveis com a vida sertaneja, sem ter o objetivo de operar como um relato factível ou mesmo um caso plausível, deixando, assim, espaço para que a fantasia opere, através de sutilezas estéticas presentes na prosa da autora, em articulação com os tons de realidade, refratando-os.

2. Literatura brasileira e o meio rural

O sociólogo alemão Georg Simmel (2005) foi um dos pioneiros em estudar as consequências da urbanização na sociedade moderna. Em um ensaio de 1903, o autor aponta que, para a vida na metrópole, é imprescindível um caráter *blasé* que passa por abstrair e não se envolver intimamente com os diferentes estímulos que a urbe passa a oferecer. É por possuir este caráter que o cidadão urbano seria mais apto para a fria e monetarista sociedade capitalista que diante dele se apresentava, onde qual “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, do escritor estadunidense Marshall Berman. Simmel não descreve o tipo médio da zona rural, mas a maneira como apresenta o sujeito da metrópole permite que se infira que a vida no campo se contraponha à vida na cidade grande, justamente, por não partilhar com ela o ritmo acelerado e a monetarização das relações que adquirem “uma objetividade impiedosa, [onde] [...] egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais” (SIMMEL, 2005, p. 579).

Se Simmel teorizou as perceptíveis diferenças das vivências na metrópole e no campo, a literatura brasileira -que passou, ao longo do século XX, por uma paulatina urbanização- também, oferece diferentes perspectivas sobre estes dois meios. O primeiro, representado de maneira mais positiva do que o segundo, passa a ser retratado, de modo geral, como um polo do atraso, do coronelismo, da pobreza, da falta de igualdade, e, sobretudo, da perspectiva de alcançá-la, dentre outros aspectos negativos. Esta, entretanto, nem sempre foi a forma como o meio rural foi representado em nossa literatura. Marschner (2015, p. 399) aponta que

Na literatura do romantismo do século XIX, sobretudo para os escritores José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora, o indígena surgira como o modelo ideal do brasileiro, assim como o homem do campo era tematizado como figura essencial para compor o tipo do brasileiro.

É com a literatura pré-modernista e as correntes ulteriores a ela que a literatura nacional tem uma mudança de direção e “passa a fazer eco a ideias urbanizadoras” (MARSCHNER, 2015, p. 399). Assim, se em seus primórdios, a literatura feita no Brasil idealizava e valorizava o viver no campo, a constante urbanização do país que fez com que, em meados do século XX, a população passasse a viver majoritariamente nas cidades o que, conseqüentemente, acarretou em uma produção literária que dá tons diferentes aos meios urbano e rural. Sobre o tema, Robson dos Santos (2011, pp. 24-25) aponta que

Os romances de temática rural, escritos entre fins dos anos 40 e início da década de 60, comportam e incorporam uma preocupação destacada com os caminhos que a modernidade periférica tomava no Brasil, sobretudo no ambiente rural. [...]. Isto confluí, evidentemente, em formas variadas de formalizar no romance a condição dos espaços rurais na sociedade brasileira e os processos de modernização pelos quais ela passava.

Assim sendo, temos que o fato de a ênfase nas produções literárias ter sido dada à vida urbana não passa necessariamente pelo esquecimento do campo, mas sim por uma assimetria nas formas de representação dos dois ambientes que passam a ser retratados como diametralmente opostos. A literatura brasileira, deste modo, parece tratar o cidadão médio do meio urbano como mais cosmopolita, menos atrasado e que vive uma vida mais confortável, em termos de benesses e oportunidades do que a vida do sujeito do meio rural, representado amiúde como um pauperizado, vitimado por intempéries da vida, do

meio e das relações sociais desiguais. Dentro do próprio meio rural, parece haver a hierarquização entre sujeitos mais próximos da vida urbana, geralmente, tipificados em personagens de classe social mais elevada e com um caráter mais próximo do *blasé* monetarista descrito por Simmel. Por outro lado, o habitante médio do campo ainda apresenta certa ingenuidade que frequentemente acarreta em sua exploração, justificada pelo meio em que se insere. Ademais, também, são comuns obras que se refiram ao campo com um certo bucolismo, idealizando uma pureza perdida pela sociedade monetarista. Isso se deve ao fato de que “a literatura não representa um ‘único’ rural fixo, mas enfatiza faces e delimita relações sociais diferenciadas”. (SANTOS, 2011, p. 28).

Na primeira seção deste texto, apontou-se que a literatura brasileira possui uma grande tendência ao realismo que, por sua vez, seria, segundo Pellegrini (2012), uma forma artística de refratar a realidade social. Outra característica marcante de nosso Realismo, segundo a autora, é, como já mencionado, seu frequente retratar das violências simbólicas ou concretas. Neste sentido, é destacável que a literatura nacional que trata do ambiente rural amiúde retrate estas violências, enfatizando-as em sua refração. Obras fundamentais de nossa literatura, produzidas a partir da guinada moderna da década de 1920, que tematizam a vida no campo, como *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos e *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto, escancaram o caráter eminentemente violento desta vivência, dando ênfase ao sofrimento do viver rural em contraposição ao conforto do meio urbano. O meio urbano, por sua vez, representando personagens de classe social mais elevada como possuindo caráter mais moderno do que o do homem do campo o que é usado como justificativa da exploração deste por aquele. Por conseguinte, obras mais recentes como *Vasto Mundo*, de Maria Valéria Rezende, que a seguir se analisará, ou *Torto Arado*, de Itamar Vieira Jr., parecem vir para reafirmar a literatura do meio rural, como um retrato do sofrimento e das assimetrias de possibilidade, materializadas na incessante luta pelo direito à terra e ao bem viver que parecem ser idealizados como mais possíveis no meio urbano.

3.1. O vasto mundo de Maria Valéria Rezende

Vasto Mundo é a primeira obra ficcional, lançada pela autora paulista radicada em Pernambuco, Maria Valéria Rezende, em 2001. O livro se divide em três seções, *A Voz do Chão I, II e III*, dentro das quais se apresentam ~~curtos~~ contos curtos, aparentemente

independentes, mas, ao mesmo tempo, umbilicalmente ligados. Todas as histórias se passam no ficcional povoado sertanejo de Farinhada, localidade apresentada simultaneamente como ordinária -sem grandes diferenças em relação a outros lugarejos quaisquer que se poderia de fato encontrar no interior nordestino – e excepcional, pela riqueza simbólica de seus moradores, cheios de sonhos, desejos e singularidades.

Ao princípio de cada seção, a autora traz uma breve reflexão, com um cunho eminentemente pessoal, algo que se torna ainda mais destacável por serem os únicos três momentos em que se enuncia em primeira pessoa. São estes os momentos em que Farinhada e seus personagens parecem se tornar-se mais próximos do mundo sensível, evidenciando os tons de realidade refratados nas linhas da escritora. Logo em suas primeiras linhas, Maria Valéria Rezende (2015, p. 13) afirma:

Eu os conheço a todos. Reconheço-os pelas pisadas e por elas sei de seus humores, de seus sentimentos, de suas urgências, preguiças, de seu contentamento ou aflição. [...] Só eu os conheço a todos porque só eu estou sempre neles como eles estão em mim. Eles me criaram e agora eu os crio.

Neste sentido, a autora apresenta uma bela representação da ideia de Antonio Candido (2009, p. 60), segundo quem uma

das funções capitais da ficção [...] é a de nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres. Mais ainda: de poder comunicar-nos este conhecimento. De fato, dada a circunstância de ser o criador da realidade que apresenta, o romancista, como o artista em geral, domina-a, delimita-a, mostra-a de modo coerente, e nos comunica esta realidade como um tipo de conhecimento que, em consequência, é muito mais coeso e completo (portanto mais satisfatório) do que o conhecimento fragmentário ou a falta de conhecimento real que nos atormenta nas relações com as pessoas.

O fato de que cada personagem carrega em si caracteres particulares, únicos, mas que sejam ao mesmo tempo comuns, desejosos de coisas relativamente universais como o amor, a vingança ou a justiça social, parece dialogar diretamente com a noção de “que há afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção, e que as diferenças são tão importantes quanto as afinidades para criar o sentimento de verdade, que é a verossimilhança”. (CANDIDO, 2009, p. 52). Desta maneira, é notável que da leitura de *Vasto Mundo* se infira que a autora, nos contos uma narradora onisciente, conhece mais de suas personagens, tendo total controle delas, do que deixa transparecer

na narrativa. Sua prosa parece apresentar tudo o que o leitor precisa para apreender o que se tenta contar naquele instante, ao mesmo tempo em que guarda elementos marcantes sobre personagens chave e que serão, posteriormente, revelados em momentos oportunos, muitas vezes em contos diferentes.

Destaca-se, também, a singularidade que é criar um vasto mundo em um lugarejo tão pequeno e aparentemente insignificante, como Farinhada. A obra não se destaca por um sem fim de personagens, ainda que haja uma quantidade considerável, contudo, pela recorrência de atores que a cada conto apresentam uma relevância maior ou menor para a trama e, ademais, o povoado opera uma função central, diante do contexto de relação dos personagens com a terra e as crenças locais. De modo especial, sobretudo, no conto “A Guerra de Maria Raimunda”, que será analisado na subseção seguinte, devido à relação dos sujeitos locais com a terra, bem como da relação do ganancioso sujeito metropolitano para com ela. Outrossim, na obra, a terra parece ser alçada a uma posição de relevância igual à das personagens, partindo-se da ideia de que

Segundo Dimas (1987), há três formas de o espaço aparecer na literatura: **(1) de forma tão importante a ponto de alcançar estatuto igual ao dos outros componentes da narrativa;** (2) de forma diluída, tendo uma importância secundária; e (3) de forma a se descobrir a funcionalidade e a organicidade gradativamente, haja vista que o escritor conseguiu dissimulá-lo a ponto dele estar harmonizado com os demais elementos narrativos. (MARANDOLA JR.; OLIVEIRA, 2009, p. 499, grifo nosso).

Ademais, ao mesmo tempo em que, como afirmado por si, só Maria Valéria Rezende as conhece, suas personagens, demonstrando o caráter refratário de nossa literatura realista, são sujeitos comuns, tipos que poderiam ser facilmente reconhecidos por alguém que tenha alguma familiaridade com a realidade de vilarejos interioranos. Seus sofrimentos, aflições, humores e urgências tampouco são distantes daquilo que se pode encontrar na vida sensível. Na primeira seção do livro, por exemplo, há ~~causos~~ relatos que discorrem sobre ciúmes, amores, a luta pelo direito à terra, o medo (de si mesmo e seus demônios, da lei), a sensação de dever diante da instituição familiar nuclear e heterossexual e há, até mesmo, espaço para o sobrenatural, com a aparição de entidades que parecem não ter origem terrena e que, ao longo da narrativa, recebem um tratamento que indica que a crença no sobrenatural, por vezes, atende a fins próprios dos indivíduos que a nutrem.

Desta forma, a autora constrói uma obra complexa e que parece dialogar diretamente com a sua própria realidade e com os elementos que povoam o imaginário coletivo que a cerca, refratando as histórias daqueles por ela descritos como “os invisíveis” (PIACESKI, 2019). Neste sentido, não é ironia que seu vasto mundo seja um lugarejo insignificante e desconhecido no interior rural. A beleza de seu trabalho reside justamente em narrar a vastidão que há nos recantos mais ignorados. É a partir desta noção que autora, também, se nega o rótulo de escritora regionalista. Ela, afinal, escreve sobre o mundo e afirma que “há sertões escondidos em todas as rachaduras do mundo, nos avessos de todas as cidades. Quero que meus livros mostrem esses sertões escondidos” (REZENDE apud. PIACESKI, 2019, p. 259).

3.2. A Guerra de Maria Raimunda

Maria Raimunda, a personagem título, é uma mulher casada, mãe, analfabeta e pobre. Tem um pedaço de terra que lhe serve de subsistência e que, por isso, a distingue de outros moradores de Farinhada que não possuem o registro de propriedade ou são arrendatários. Mesmo assim, é pessoa simplória, em terra de gente simplória e que, portanto, nunca conheceu grandes luxos. O que tem de mais destacável é sua tenacidade. Sobre ela, narra-se que

Todo mundo tem um pouco de medo de Maria Raimunda, e ela não tem medo de ninguém, só teme a Deus e o perigo de amolecer quando vê menino sem mãe, homem chorando, criança carregando enterro de anjinho, velho sem teto, mulher gestante com variz e fome, essas coisas. Prefere mesmo é ter raiva que dá coragem e força para resolver tudo o que aparece pela frente. (REZENDE, 2015, p. 37).

Não é surpreendente, então, que sua sobrinha, Maria de Zuza, esposa de Zuza Minervino, agricultor que recebeu, junto de outros colegas de ofício igualmente desfavorecidos, ordem de despejo das terras que ocupavam e de onde tiravam seu sustento, tenha ido “buscar força na casa da tia que para tudo tinha saída” (REZENDE, 2015, p. 40). O fato de que não é surpreendente que e, tampouco, o fato de que Maria Raimunda seja procurada, se deve à lógica da personagem, conforme os termos de Antônio Cândido. Segundo o autor:

No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência

fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isto não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos à mostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca de lógica. (CÂNDIDO, 2009, p. 55).

Além disso, temos que, se por um lado, “o romance moderno procurou, justamente aumentar cada vez mais esse sentimento de dificuldade do ser fictício, diminuir a ideia de esquema fixo, de ente delimitado, que decorre do trabalho de seleção do romancista” (CÂNDIDO, 2009, p. 56), no caso do conto em questão, a personagem que protagoniza a obra é descrita de forma simples, quase monocromática, o que não lhe torna menos potente, mas intensifica a impressão de sua tenacidade e resiliência.

A situação em que Maria de Zuza decide buscar o amparo da tia é apresentada como uma problemática quase insolúvel devido às relações de poder que se apresentam: Assis Tenório, o grande latifundiário da região, além de deputado federal, é o responsável pela remoção dos posseiros das terras que seriam, pretensamente, suas por direito. As tentativas dos homens, liderados por Zuza e pelo iluminista Padre Franz, europeu de nascença e farinhense de coração, só resultaram na prisão do primeiro. Aqui, novamente, o caráter monocromático das personagens se faz visível, desta vez na descrição do antagonista. Assis Tenório não tem uma fala ao longo do conto, sendo simplesmente representado como um sujeito ganancioso e poderoso que, tendo noção de seu capital social, político e financeiro, sente-se onipotente ao ponto de mandar e desmandar na administração das terras em Farinhada. Mais uma vez, tal unilateralidade não torna a personagem rasa, mas dá tons ainda mais intensos em sua personalidade. Ademais, cabe ressaltar que em um conto de tão poucas páginas, não seria razoável demandar um grande aprofundamento no caráter da personagem, o que é feito com Assis Tenório, em contos subsequentes, que abordam outros aspectos de sua vida.

É diante de um cenário de impotência quase completa dos homens em sua luta pelo direito à terra que a guerra de Maria Raimunda começa. Diante dos ~~capangas~~ pistoleiros bem armados de Assis Tenório, representados não somente por jagunços violentos, mas também por forças policiais institucionais que em teoria defenderiam à força da lei, Maria Raimunda deixa de lado os homens e forma um exército de resistência feminino. Sua resistência se faz ouvir por todo o estado, torna-se cada vez mais potente e impossível de ser combatida. E ela não se fez de forma armada, representada em um

combate violento nos termos físicos. A guerra de Maria Raimunda é descrita como uma cantoria que

ecoou nos terreiros, na fila do chafariz e do posto de saúde, nos tanques de lavar roupas e nas cozinhas, subiu para a casa-grande da fazenda e acabou com a sesta de Assis Tenório, meteu-se pela estrada de Itapagi, rebateu na torre da matriz, e enfiou-se pelo gabinete do prefeito, seguiu para Guarabira, atravessou a casa do bispo, que nem estava lá, já estava na estação de rádio dizendo que não era certo ninguém oprimir os pobres, que Deus estava ouvindo aquela cantoria, enquanto a cantoria mesmo seguiu para Mari e Sapé, dobrou no Café do Vento e estrondou em João Pessoa, bem na praça principal, acordou os deputados que cochilavam no plenário, cobriu as sentenças dos juizes no fórum, feriu o ouvido do governador, espalhou-se por toda parte crescendo sempre com as vozes de todas as mulheres que já sentiram uma injustiça nessa vida, não se calou quando a noite chegou nem quando o dia clareou e por aí continuou por mais de uma semana. **Mandaram calar Maria Raimunda, mas na praça de Farinhada não se podia ouvir ordem nenhuma, só a cantoria das mulheres.** (REZENDE, 2015, pp. 40-41, grifos nossos).

A união das mulheres contra a injustiça perpetrada por Assis Tenório e pelas forças institucionais é notável, ao passo que os homens e suas armas se mostram impotentes diante da cantoria das mulheres que encobriu o tiroteio “até que se acabasse a munição e os soldados, desmoralizados, mortos de fome e sede, aceitassem a água e o feijão que as mulheres lhes deram sem parar de cantar” (REZENDE, 2015, p. 42). A guerra, deste modo, é ganha sem que se precise disparar um tiro de volta. Assis Tenório, assim, foge e as terras dos posseiros são reconhecidas e registradas em seus nomes. Maria Raimunda, por fim, volta a sua casa sem pedir nada em troca, chegando até mesmo a recusar o presente oferecido por Zuza.

Com “A Guerra de Maria Raimunda”, Maria Valéria Rezende apresenta uma realidade comum a muitos brasileiros, refratada em páginas de literatura, e resolvida com doses de fantasia que fazem com que o canto vença o tiro. São diversos os elementos do real que se encontram ali representados, sempre em oposição: a ganância do latifundiário -convenientemente apresentado como um sujeito que vive em Brasília, a metrópole que discrepa da pacata Farinhada- que se contrapõe, por sua vez, à busca por subsistência por parte do sertanejo, aquele sujeito representado como alguém que de fato conhece a terra, que com ela se relaciona e que dela vive, que se arma não com a lei ou com capangas contratados, à moda metropolitana, contudo, através de relações pessoais de compadrio e empatia.

Neste sentido, o próprio papel do Estado é questionável; ele é apresentado como uma instituição distante e fria que, a princípio, serve aos interesses dos poderosos, não se preocupando com o bem-estar da população geral. Se os endinheirados se refugiam na burocracia, cabe ao sujeito humilde a organização popular na luta por seus direitos. Assim, somente a união dos oprimidos parece ser potente o suficiente para que um sem-fim de vozes se equivalha aos caprichos da elite. Destaca-se, também, o papel das mulheres, que deixam, ao longo da história, o papel de coadjuvantes que lhes é designado pelos homens para tomar as frentes do confronto e apresentarem a solução, abrindo espaço para que se questione sobre a real capacidade dos homens em gerir suas vidas sem o suporte que, muitas vezes, se confunde com tutela, femininos.

Além disso, o conto subverte a lógica “de nossa tradição ocidental, onde o tempo prevalece sobre o espaço” (MARANDOLA JR.; OLIVEIRA, 2009, p. 489). Nele, o tempo é tratado de forma não literal, com o canto das mulheres durando mais de uma semana, no entanto, a relação espacial é evidente; o protesto tem o fim claro de defender o direito à terra de um companheiro, um sujeito invisibilizado tal qual aquelas mulheres reunidas para cantar e que, juntas, demonstram que sua força coletiva transcende suas potências individuais. Desta feita, o espaço se torna central porque Farinhada, e mais especificamente as terras aráveis dos posseiros, desejadas por Assis Tenório, não possuem meramente o valor de uso, porém, valores simbólicos. Representam, desse modo, a autonomia, o poder, a dignidade e a não subserviência. O caráter pessoal da obra se faz, pois, destacável, com a posição ideológica da autora sendo transformada em literatura. A refração que se faz, portanto, não é a refração de uma realidade fria e neutra, mas a de uma posição política pessoal que ganha ares de fantasia em tons de uma literatura de resistência.

Considerações finais

Com a narrativa, Maria Valéria Rezende consegue mais do que simplesmente retratar na literatura os sujeitos invisíveis. Ela os traz dando-lhes autonomia, personalidade e agência, retratando sua luta por direitos e demonstrando como unidos eles se tornam mais potentes do que isolados. Em poucas páginas, a autora constrói uma história coerente e verossímil, condizente com a realidade de muitos sujeitos invisíveis da vida real que sofreram ou ainda sofrem com o assédio de gananciosos senhores a suas pequenas propriedades.

Os elementos do realismo à brasileira, quais sejam, o caráter violento das relações e a refração da realidade aparecem de maneira coerente e a construção das personagens é bem feita, de modo a permitir ao leitor uma leitura autônoma do conto, ainda que seja ideal uma leitura da obra completa para que se conheçam melhor os coadjuvantes que, eventualmente, possuem seus momentos de protagonistas.

Cabe, também, ressaltar a ênfase dada por Rezende aos marcadores sociais de diferença, com a autora trazendo uma pluridimensionalidade às relações sociais. Em momento algum a obra se limita a opor Assis Tenório, o sujeito rico do campo, aos pobres camponeses, mas demonstra a centralidade de questões de gênero -destacável no fato de que são as mulheres, vistas socialmente como frágeis, quem vão “à guerra”. Parecem elas não ser combatidas com a mesma veemência com que se combatiam os homens exatamente porque eram mulheres bem como, também, o fato de que a classe social não é necessariamente um fator de união. Não eram Assis Tenório ou outros fazendeiros ricos e influentes quem estavam, de fato, tomando as terras dos posseiros, mas sim pistoleiros tão pauperizados quanto aqueles a quem eles vilipendiavam, isto é, pessoas do próprio vilarejo, conhecidos do povo local e que só estavam a cumprir ordens.

Em suma, “A Guerra de Maria Raimunda” pode ser lida como um tipo exemplar do pensamento social de sua escritora que articula elementos de sua vida e militância pessoal, como o feminismo, a luta pela reforma agrária e um catolicismo carismático que dialoga com a teologia da libertação (PIACEZKI, 2019). Com isso, é produzida uma obra preñe de esperança e sensibilidade sobre a posição dos grupos mais oprimidos em nossa sociedade. Os elementos de realidade -a pobreza, a defesa do direito à terra, a fé, o monetarismo do homem metropolitano, as disparidades de oportunidades dadas a homens e mulheres- se encontram, no texto, refratados, compondo uma obra que mesmo curta – seis páginas- consegue transmitir distintas mensagens, dialogar com a realidade e, por fim, representar as posições pessoais da autora.

Referências

BARTHES, R. O efeito do real. In: GENETTE, Gérard. et. al. *Literatura & Semiologia*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1972, pp. 35-44.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n^{os}. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n^o. 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação

de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 12 out. 2021.

CANDIDO, A. et. al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DÓRIA, C. A. *Formação da culinária brasileira: Escritos sobre a cozinha inzoneira*. São Paulo: Fósforo Editora, 2021.

EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: Uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GHIRELO, M. O milho que você come não é o milho que você gostaria de comer. *O Joio e o Trigo*. 03 nov. 2021. Disponível em: <
<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/o-milho-que-voce-come-nao-e-o-milho-que-voce-gostaria-de-comer/>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MARSCHNER, W. R. As Representações do Espaço Rural na Literatura Modernista: À exemplo do personagem Jeca Tatu. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 21, pp. 393-414, 2015.

PELLEGRINI, T. Realismo: Modos de Usar. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n.39, pp. 11-17, jan./jun. 2012.

PIACESKI, D. P. F. Maria Valéria Rezende: Colorindo invisíveis por meio da literatura. *Revista Crioula: Dissidências de Gênero e Sexualidade nas Literaturas de Língua Portuguesa*, n. 24, pp. 250-267. 2019.

REZENDE, M. V. *Vasto Mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RIVERO, S. et. al. Pecuária e desmatamento: Uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*. n. 19, v. 1, pp. 41-66, jan-abr. 2009. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/neco/a/jZHjd9B8ZghY7tG9G7qchTk/?lang=pt&format=pdf>>
Acesso em: 07 out. 2021.

SANTOS, R. dos. *A terra desolada: representações do rural no romance brasileiro (1945-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

SIMMEL, G. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Maná*, v. 2, n. 11, pp. 577-591, 2005.

ZOCCHIO, G. No Censo Agropecuário, o latifúndio sobe e a produção familiar desce. *O Joio e o Trigo*. 28 nov. 2019. Disponível em: <
<https://ojoioeotrigo.com.br/2019/11/no-censo-agropecuario-o-latifundio-sobe-e-a-producao-familiar-desce/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

Recebido em 22 de março de 2023.

Aprovado em 02 de junho de 2023.